

JORNAL DA CTB

Diário da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



Edição 130 | De 31.03.2018 a 01.04.2018

[/Portalctb.org.br](https://portalctb.org.br)

[@PortalCTB](https://twitter.com/PortalCTB)

[@PortalCTB](https://www.instagram.com/PortalCTB)

Presidente Adilson Araújo

GOLPE NA EDUCAÇÃO

PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO AVANÇA



APÓS abrir brecha para as aulas online na reforma do ensino médio de 2017, agora o governo vai mais longe e propõe liberar 40% da carga horária fundamental para atividades realizadas a distância. A resolução está nas Diretrizes Nacionais Curriculares do Ensino Médio, divulgadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e prevê também que no caso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), este percentual se aplique a 100% das aulas.

A iniciativa aponta para a privatização no ensino, já que estes cursos formativos não oferecidos pela rede pública, mas obrigatórios na carga horária, serão ofertados pelos setores privados. Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), isso reforça a desprofissionalização do magistério, prescindindo de professores e rebaixando a formação. Pais e profissionais de educação temem a precarização e terceirização da rede pública, que concentra 88% das matrículas do ensino médio.

ENTREVISTA

POR UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA



Desde maio de 2016 a Educação no Brasil sofre com uma onda de

desmonte geral. A tônica da gestão Temer para esse setor estratégico é

o corte de recursos e esvaziamento crítico. O coordenador-geral da Contee, Gilson Reis, falou ao Jornal da CTB:

Por que liberar até 40% da carga horária do ensino médio para o ensino a distância?

O governo federal beneficia os privatistas e desprofissionaliza o magistério, prescindindo de professores e rebaixando a formação. As campanhas da Contee "Educação não é mercadoria" e "Apagar o professor é apagar o futuro" se contrapõem a esse projeto.

Como está o enfrentamento ao projeto da Escola sem Partido?

Não somos apenas contra a lei da mordça.

Também temos propostas. Estamos na linha de frente na defesa do projeto Escola Democrática, que, dentre outros itens, luta pela livre manifestação do pensamento; livre organização de professores, funcionários, pais e responsáveis. O projeto já ganha apoio em outros estados.

Como resistir aos sucessivos ataques de Temer à educação?

A principal ação, já na agenda, é a Conferência Nacional Popular de Educação, Conape, em Belo Horizonte, que será entre os dias 24 e 26 de maio, reafirmando o compromisso com uma educação transformadora.

TOQUE DE CLASSE

Sopapos na Educação

A principal linha de ação de todas as políticas para a educação pública que estão sendo implantadas atualmente vai no sentido da privatização da educação pública. A proposta mais recente, de liberação de 40% da carga horária do ensino médio para cursos a distância, é mais um avanço do governo golpista nesta direção. Outro sopapo na educação foram as mudanças de destino dos royalties do pré-sal e do fundo social do petróleo. Estava previsto que viriam para a educação 75% do pré-sal e 50% do fundo social. De cara, o corte promovido retirou do orçamento do Ministério da Educação R\$ 4,3 bilhões. E para piorar, existe o projeto Escola Sem Partido, que visa uma educação autoritária, sem diálogo, voltada para um pensamento único e extremamente conservador.

Para a CTB, a luta incondicional por uma educação pública, gratuita, inclusiva, laica e de qualidade sempre foi um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma nação. Sabemos que este é o caminho para elevar a consciência dos trabalhadores/as para o combate à exclusão, à concentração de renda e às disparidades regionais e sociais, o que exige ações políticas e sociais articuladas. Assim, refletir sobre os graves prejuízos à qualidade educacional, decorrentes das políticas privatistas que estão sendo implementadas sob a égide de uma orientação neoliberal que impera no MEC, é imperativo para a nossa estratégia de luta.



Marilene Betros é professora, Secretária Nacional de Políticas Educacionais da CTB.



LEMBRAR 64 PARA RESISTIR HOJE

O que há em comum entre o Brasil de 1964 e o de 2018

MARCOS AURÉLIO RUY
imprensa@portalctb.org.br

Os tempos sombrios vividos em 2018, com perseguição, execução e atentados políticos, remontam ao golpe de Estado em 31 de março de 1964 (que durou 21 anos). Período em que o Brasil e países latino-americanos viveram sob a égide de ferrenhas ditaduras, que

alguns chamaram de "ditaduras brandas". Tão branda como a afirmação do general argentino Ibérico Saint-Jean sobre o golpe de 1976 em seu país. "Primeiro mataremos os subversivos, logo mataremos os seus colaboradores, depois os seus simpatizantes, em seguida os indiferentes e finalmente os tímidos".

No Brasil não foi diferente. Os golpistas depuseram um presidente eleito pelo voto popular e pararam as "reformas de base" para entregar

o patrimônio nacional aos Estados Unidos. Instituíram a censura, cassaram políticos de oposição, prenderam e mataram lideranças sindicais, estudantis e intelectuais progressistas. Nem mesmo religiosos escaparam. Impossível ficar indiferente ao sangue derramado de brasileiras e brasileiros apenas pelo fato de existirem e pensarem diferente de quem detém o poder. Mataram e estão matando jovens, quase todos pretos e pobres.

SINDICATO FORTE E DE LUTA

"OS SINDICATOS não são somente instrumentos de representação, são sobretudo um instrumento de voz para a sociedade", afirmou o procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Rogério Fleischmann, em reunião promovida CTB-RS, dia 26 de março, em Porto Alegre.

Ao falar sobre "A defesa da liberdade e sobre a organização sindical na atualidade", Fleischmann destacou que "o lugar do sindicato, necessariamente,



é estar perto do trabalhador, ouvi-lo e representá-lo. Ao sindicato cabe o papel de dar vazão às necessidades de sua base".



Sindimetal-Rio: ato na segunda(2)

Após pagar o FGTS de 2015, o Estaleiro Eisa sinalizou que iria quitar os sete meses restantes entre 2012 e 2014, o que não ocorreu. Diante disso, o Sindimetal-Rio convoca a todos(as) para um ato na segunda (2), às 10h, na Superintendência da Caixa no Centro do Rio (Av. Rio Branco, 124).